

PMDB admite rever voto pela anistia das dívidas do Cruzado

BRASILIA — O Presidente interino da República, Ulysses Guimarães, admitiu a possibilidade de a Constituinte suprimir, no segundo turno de votação, a anistia concedida aos microempresários e produtores rurais. Ele disse que examinará com o PMDB o impacto do perdão das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, com base em estudo do Ministério da Fazenda. Revelou ainda, de acordo com informações dos constituintes, que o número de supressões poderá atingir até cem dispositivos.

Logo após assumir a Presidência da República, Ulysses encomendou ao Ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, um estudo detalhado sobre o custo real da decisão da Constituinte, com o impacto junto a bancos oficiais e privados, estimado em

US\$ 1,9 bilhões (CZ\$ 450,6 bilhões, de acordo com o valor da OTN em julho). Ulysses disse que ainda não examinara o estudo e que pretendia fazê-lo junto com o PMDB, admitindo a hipótese de o Partido optar pela supressão do artigo que concede a anistia. Ele também admitiu dificuldades de conseguir 280 votos para derrubar qualquer dispositivo aprovado pelo plenário no primeiro turno.

Os contatos do Presidente do PMDB com os constituintes do partido começam hoje mesmo. A noite, Ulysses deverá discutir o assunto com o Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e com o Líder do partido na Constituinte, Deputado Nélson Jobim (RS). A pauta inclui ainda outros temas que estão na mira do Governo e da maior parcela do em-

presariado: a supressão dos artigos que fixam o limite máximo de seis horas para os turnos de revezamento de trabalho e o direito de voto aos 16 anos.

Antes do almoço que ofereceu em sua residência a Ministros de Estado e constituintes, Ulysses se irritou quando jornalistas perguntaram sobre o acordo que o Brasil selou com o Fundo Monetário Internacional, órgão historicamente criticado pelo PMDB.

— O Presidente da República é o Sarney, eu estou aqui de passagem. E vocês já conhecem as restrições que faço ao FMI — disse, transferindo ao Governo a responsabilidade pelo acordo com o Fundo. Mas como o acordo com o FMI é inevitável, Ulysses formulou votos de que os resultados possam ser positivos para o País.

Para Pazzianotto, Carta repete CLT

SÃO PAULO — A licença-paternidade de oito dias e o turno corrido de seis horas não deverão passar no segundo turno da Constituinte, de acordo com previsão do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Ele lembrou que esses direitos estão previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Após participar da solenidade de reinício das obras da nova sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, disse que a anistia da correção monetária aprovada pela Constituinte, para microempresários e agricultores, é um precedente perigoso e um golpe no esforço do Governo para sanar as finanças públicas.

o GLOBO
-3 JUL 1988